



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)


# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 26 de setembro de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Novas liminares adiam IPI de carro importado .....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Novas liminares adiam IPI de carro importado .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Capital de giro mais 'barato' atrai pequenas empresas .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Impasse na floresta .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Indústria se prepara para aumentar margens e preços com dólar alto.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Verbas federais a conta-gotas .....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Novas liminares adiam IPI de carro <u>importado</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**No final de semana, Justiça suspendeu por 90 dias cobrança de imposto para duas importadoras de Ribeirão Preto (SP) e Vitória (ES)**

#### **FELIPE RECONDO, BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

Mais duas importadoras conseguiram na Justiça adiar por 90 dias o pagamento das novas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Justiça Federal concedeu liminares a importadoras de Ribeirão Preto (SP) e Vitória (ES) no final de semana. O governo tentará derrubar as decisões nesta semana, mas terá trabalho para conter a proliferação de novas decisões semelhantes por todo o País.

Nas decisões, os juízes afirmaram que deve ser respeitado o prazo de 90 dias a contar da publicação do decreto determinando o aumento antes que as novas alíquotas do imposto passem a ser cobradas dos contribuintes. As duas importadoras - Phoenix **Comércio** Internacional (ES) e Zona Sul Motors (SP) - só teriam de pagar as alíquotas em dezembro, conforme decisões da Justiça Federal em Brasília.

A primeira liminar adiando a cobrança das novas alíquotas foi dada quatro dias depois de o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciar o aumento em 30 pontos percentuais o IPI de automóveis e caminhões para montadores que não utilizarem no mínimo 65% de conteúdo nacional ou **regional (Mercosul)**. A 1.ª Vara Federal Cível de Vitória (ES) suspendeu a cobrança no processo da empresa Venko Motors do Brasil, empresa que importa carros da chinesa Chery no Estado.

Desde então, as empresas estão recorrendo à Justiça para garantir o mesmo direito. De acordo com os juízes responsáveis pelas decisões, a cobrança imediata do novo percentual seria contrária à Constituição.

"Assim é completamente descabida, porque é inconstitucional a incidência imediata da majoração


determinada pelo decreto (...). Deve, portanto, ser respeitado o interregno de 90 dias contado da publicação do decreto, somente podendo ser exigido o tributo após a fluência desse prazo", afirmou na sua decisão o juiz José Márcio da Silveira e Silva, da Justiça Federal do DF.

Além das liminares, o governo ainda precisará enfrentar na Justiça o julgamento da constitucionalidade do aumento do imposto. Na última quinta-feira, o DEM ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade na tentativa de adiar, em todo o País, a cobrança imediata dos novos valores. O argumento central da dessa ação é o mesmo: o governo deveria aguardar 90 dias após o aumento para começar a cobrá-lo.

O ministro Marco Aurélio Mello é o relator do processo e ainda deve analisar se concede ou não uma liminar. Em razão da urgência do processo, o ministro pode adotar um rito abreviado da ação e levá-la em breve a julgamento.

Enquanto governo e empresas brigam na Justiça, o **comércio** aproveita a iminência do aumento para tentar aumentar suas vendas. Em Brasília, as concessionárias Chevrolet anunciaram plantão no domingo.

"Na Chevrolet o IPI não aumentou", destaca o anúncio de página inteira publicado em jornal local.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Novas liminares adiam IPI de carro <u>importado</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Novas liminares adiam IPI de carro importado

**No final de semana, Justiça suspendeu por 90 dias cobrança de imposto para duas importadoras de Ribeirão Preto (SP) e Vitória (ES)**

#### FELIPE RECONDO, BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Mais duas importadoras conseguiram na Justiça adiar por 90 dias o pagamento das novas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Justiça Federal concedeu liminares a importadoras de Ribeirão Preto (SP) e Vitória (ES) no final de semana. O governo tentará derrubar as decisões nesta semana, mas terá trabalho para conter a proliferação de novas decisões semelhantes por todo o País.

Nas decisões, os juízes afirmaram que deve ser respeitado o prazo de 90 dias a contar da publicação do decreto determinando o aumento antes que as novas alíquotas do imposto passem a ser cobradas dos contribuintes. As duas importadoras - Phoenix **Comércio** Internacional (ES) e Zona Sul Motors (SP) - só teriam de pagar as alíquotas em dezembro, conforme decisões da Justiça Federal em Brasília.

A primeira liminar adiando a cobrança das novas alíquotas foi dada quatro dias depois de o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciar o aumento em 30 pontos percentuais o IPI de automóveis e caminhões para montadores que não utilizarem no mínimo 65% de conteúdo nacional ou **regional (Mercosul)**. A 1.ª Vara Federal Cível de Vitória (ES) suspendeu a cobrança no processo da empresa Venko Motors do Brasil, empresa que importa carros da chinesa Chery no Estado.

Desde então, as empresas estão recorrendo à Justiça para garantir o mesmo direito. De acordo com os juízes responsáveis pelas decisões, a cobrança imediata do novo percentual seria contrária à Constituição.


"Assim é completamente descabida, porque é inconstitucional a incidência imediata da majoração determinada pelo decreto (...). Deve, portanto, ser respeitado o interregno de 90 dias contado da publicação do decreto, somente podendo ser exigido o tributo após a fluência desse prazo", afirmou na sua decisão o juiz José Márcio da Silveira e Silva, da Justiça Federal do DF.

Além das liminares, o governo ainda precisará enfrentar na Justiça o julgamento da constitucionalidade do aumento do imposto. Na última quinta-feira, o DEM ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade na tentativa de adiar, em todo o País, a cobrança imediata dos novos valores. O argumento central da dessa ação é o mesmo: o governo deveria aguardar 90 dias após o aumento para começar a cobrá-lo.

O ministro Marco Aurélio Mello é o relator do processo e ainda deve analisar se concede ou não uma liminar. Em razão da urgência do processo, o ministro pode adotar um rito abreviado da ação e levá-la em breve a julgamento.

Enquanto governo e empresas brigam na Justiça, o **comércio** aproveita a iminência do aumento para tentar aumentar suas vendas. Em Brasília, as concessionárias Chevrolet anunciaram plantão no domingo.

"Na Chevrolet o IPI não aumentou", destaca o anúncio de página inteira publicado em jornal local.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Capital de giro mais 'barato' atrai pequenas empresas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Suzeli Sampaio, do Grupo LC: "Começamos com limites menores e fomos aumentando gradualmente, já que mais fornecedores passaram a aceitar o cartão"**

**Por Carlos Giffoni**

A possibilidade de financiar capital de giro a uma taxa de juros bem mais baixa do que a média encontrada no **mercado** é o principal fator que tem levado micro e pequenos empresários a buscar o Cartão **BNDES**. Eles já representam 98% do total de usuários dessa linha de crédito e pagaram, em setembro deste ano, uma taxa anualizada de 12,41%. A taxa média anual para capital de giro no sistema financeiro é de 30%, segundo dados do Banco Central.

Além do crédito farto, que pode chegar a até R\$ 1 milhão por banco que fornece o cartão, e da falta de burocracia para conseguir o financiamento, um atrativo que brilha aos olhos dos pequenos empresários é o prazo aplicável para pagamento: 48 meses. Mesmo com essa vantagem, empresários consultados pelo Valor preferem liberar o limite de seus cartões e pagar parcelas maiores. Assim, em momentos de emergência, o crédito fácil, e barato, está disponível.

"O cartão articula a administração das finanças da empresa", diz Abilio Duarte, sócio da rede de **mercados** EconoMax. Ele usa o seu limite de R\$ 1 milhão para comprar equipamentos de armazenamento, carrinhos, material elétrico e sistemas de ar condicionado. "Com o cartão, consigo fazer investimentos mesmo sem poder quitá-los no curto prazo. Deixo de gastar grandes quantias com bens duráveis e disponibilizo recursos para outros investimentos."

Carlos Mills é sócio de uma gravadora de CD's e DVD's. A Mills Records dobrou o faturamento desde 2008, quando adquiriu o cartão. "O setor musical está passando por uma crise e as vendas demoram a ser feitas, assim como os pagamentos. O cartão me liberou capital de giro", diz.

O empresário, porém, lamenta algumas limitações do cartão. "Não posso usá-lo para a **produção** musical, o que engloba gravação, mixagem e masterização. E boa parte do material com que trabalho é **importada**, mas o cartão só permite a compra de itens nacionais", diz ele.

Os R\$ 30 mil de crédito que Mills tem disponíveis são usados exclusivamente na replicação das mídias. A gravadora envia um CD ou DVD finalizado para uma fábrica que faz milhares de cópias daquele produto - e o serviço é pago com o cartão. "Potencialmente o meu lucro agora é bem maior, mas nem sempre as vendas correspondem. Ter mais CDs para vender não quer dizer que eles serão vendidos."

"A grande vantagem é que nem precisei de avalista", diz Antonio Polidoro, produtor de café. "Pude reformar o barracão de armazenamento, comprar torradores e outros equipamentos novos. R\$ 200 mil fazem diferença para um pequeno empresário, principalmente se você puder parcelar o pagamento." O próximo passo do agricultor é comprar um veículo para transporte do café, uma vez que suas vendas estão aumentando. "O meu negócio cresceu 100%."

A segurança garantida quando a compra é realizada com o Cartão **BNDES** é um atrativo para os fornecedores. A fabricante de bombas e filtros para piscinas Dancor entrou na lista de empresas que aceitam o cartão como forma de pagamento a pedido dos próprios clientes: "Vários nos procuraram quando ficaram sabendo sobre a possibilidade de pagamento com esse cartão", diz Sandra Dias, analista financeira da empresa.

No caso da Dancor, a carteira de clientes não aumentou desde que eles entraram para o cadastro do **BNDES**, mas também não diminuiu: "Muitos clientes migraram para o cartão e hoje, menos de dois anos depois, as vendas através dele representam 10% do nosso faturamento", afirma Dias. Como benefício, ela aponta o controle da inadimplência: "A segurança total no recebimento é o diferencial dessa forma de pagamento". A Dancor também atua do outro lado do jogo: "Usamos o cartão para comprar motores, que são a chave do nosso produto", diz Dias.

O Grupo LC, que atua no setor de transportes e faz serviços de armazenamento, aumentou o seu crédito até chegar ao limite máximo, de R\$ 1 milhão, para uma de suas empresas, a Translute Transportes Rodoviários, e R\$ 800 mil para a LC Logística. "Começamos com limites menores e fomos aumentando gradualmente, já que mais fornecedores passaram a aceitar o cartão", explica Suzeli Sampaio,

supervisora financeira do grupo, que gerencia os cartões há três anos.

O limite alto permitiu que a Translute comprasse quatro carretas no primeiro semestre de 2011 por R\$ 90 mil cada. "Se eu tivesse feito um financiamento normal, até mesmo via **BNDES**, gastaria até R\$ 30 mil a mais", calcula a supervisora financeira, o que representaria mais de 8% de diferença em relação ao preço final pago pelos veículos. "Compro de tudo com o cartão: caminhões, móveis, sistemas. A tendência é usar os 100% de limite que a empresa tem, já que a abrangência do cartão é muito boa e as taxas de juros são baixas", diz Suzeli. Para liberar rapidamente o limite, ela opta por parcelas maiores, o que permite uma margem de trabalho com o crédito disponível.

Apesar de todos os benefícios apontados, ela tem encontrado um problema quando usa o cartão. "Principalmente no setor de veículos, os fornecedores estão repassando uma taxa sobre o preço final do produto para o

usuário do cartão. No caso da Translute, sabemos que não é fácil conseguir um caminhão no curto prazo, então ficamos rendidos ao fornecedor que tem o veículo disponível". "Para eles [fornecedores], o pagamento com o cartão é um negócio mais seguro, o risco de calote é zero. Falta esse entendimento", diz Suzeli.

O **BNDES** ameaça excluir do seu cadastro empresas que têm esse tipo de comportamento, mas, como no caso do Grupo LC, às vezes é mais confortável se submeter a esse tipo de situação do que perder o fornecedor. "Ainda assim, as carretas saíram mais baratas. Não conseguiríamos preço compatível no **mercado**", afirma a supervisora.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Impasse na floresta</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Regras complexas afastam investimentos no uso da biodiversidade para produção industrial.**

**Por Sergio Adeodato | Para o Valor, de São Paulo**

Desde que o **Governo Federal** decretou a Medida Provisória 2186/16 com regras para o acesso aos recursos genéticos, há exatos dez anos, o número anual de pedidos de patentes de biotecnologia no **Brasil** despencou quase 70%. Passou de 1.030 depósitos, em 2001, para 356, no ano passado. A queda é sintomática, diante do atual cenário de riscos e incertezas sem a existência de um marco legal abrangente para o uso econômico da biodiversidade. "A agenda está travada em função da insegurança jurídica que afasta investimentos", avalia Jorge Ávila, presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Além da complexidade para a prospecção e transformação do potencial da fauna e flora em produtos, as normas são "excessivamente restritivas". Tanto assim, diz Ávila, que a redução das patentes na área biológica contrasta com crescimento de registros nos demais setores produtivos. Entre 2010 e 2011, o total de patentes no país aumentou de 30 mil para 35 mil, refletindo a evolução da economia.

A lei brasileira não permite patentear organismos vivos ou suas moléculas, protegendo apenas o processo tecnológico que gera substâncias a partir deles. "O ambiente de restrições surgiu no passado em função das ameaças da biopirataria, mas hoje o foco está na promoção de negócios sustentáveis como estratégia de conservação dos recursos naturais", diz Ávila.

"É urgente simplificar e criar condições para que as empresas se regularizem e voltem a investir", ressalta. Neste trabalho de adequação, o INPI está revendo 5,5 mil pedidos de patente de biotecnologia registrados desde 2001. A instituição enviou questionário aos depositantes para saber se houve acesso a recursos genéticos. A patente pode ser cancelada, caso não exista autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) para o projeto.

O impasse freia o ritmo de inovação de indústrias e centros tecnológicos, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instituição não acadêmica que mais

registra patentes no país. Até 2010 foram 258 registros, sem contar a proteção pelo **desenvolvimento** de cultivares - novas variedades de plantas -, que somam mais de 400, rendendo US\$ 16,4 milhões por ano em royalties.

Entre os produtos que correm risco de não chegar ao **mercado** por conta dos atropelos legais, está uma proteína extraída de aranhas, associada à sua capacidade de construir teias. O insumo conferiria maior resistência e elasticidade às fibras de algodão para a indústria têxtil. Mas a pesquisa foi interrompida após multa de R\$ 100 mil aplicada pelo Ibama, sob alegação de que a Embrapa teria ido além do autorizado. Em operações feitas em outubro de 2010 e março deste ano, os fiscais notificaram cerca de cem empresas consideradas irregulares no uso dos recursos genéticos, totalizando R\$ 120 milhões em multas.

O episódio desencadeou o debate para a revisão do marco legal. "A atual regra é imprecisa e dá margem a interpretações subjetivas", critica Felipe Teixeira, chefe de inovação tecnológica da Embrapa, para quem a legislação não deve só punir, mas incentivar. Em busca de produtos inovadores, várias empresas e centros de pesquisa prospectaram a floresta no período entre a decretação da MP e, dois anos depois, a criação do CGEN, responsável pelas autorizações. "Muitos poderão ter patentes negadas e serão prejudicados", afirma Teixeira. Para ele, a autorização de pesquisa deve ser simplificada. "Enquanto o problema não for resolvido, evitamos prospecção que envolva repartição de benefícios econômicos com comunidades nativas, base da atual legislação de acesso à biodiversidade", diz.

Por segurança, as empresas migram para o uso de espécies vegetais não nativas, trazidas de outros países. "É uma pena, mas os riscos são muito altos", lamenta Vânia Rudge, diretora da Centroflora, empresa que hoje produz cerca de 200 extratos vegetais sob encomenda de clientes de grande porte, principalmente externos. "Muitos temem a perda de patentes e deixam de investir", conta. A orientação é não acessar o conhecimento tradicional. "Falta clareza sobre a amplitude da repartição de benefícios, que pode ser reivindicada por mais de uma comunidade", justifica.

A conservação da natureza depende de seu valor econômico. Vânia cita o caso do jaborandi, planta nativa explorada pela empresa no Piauí, Ceará e Maranhão para **produção** de pilocarpina - substância usada no tratamento de glaucoma, distribuída mundialmente pela indústria farmacêutica Boehringer Ingelheim. Os produtores locais triplicaram a renda com a venda das folhas, mas similares sintéticos estão levando o produto natural à decadência. "É preciso encontrar novas plantas medicinais para reduzir a dependência da população em relação ao jaborandi, mas as regras atuais inibem o processo", diz Vânia.

Ela sugere uma nova lei capaz de caminhar na velocidade da inovação e de atrair negócios: "É **importante** termos vantagem competitiva, pois os países concorrentes também estão criando incentivos e regulamentações após o Protocolo de Nagoya, assinado no ano passado".

Para Marcelo Cardoso, vice-presidente de sustentabilidade da Natura, "a situação atual limita a inovação e a transformação da biodiversidade em ativo para o país reduzir a dependência das commodities". Apesar das

indefinições, a empresa investe em um centro tecnológico em **Manaus** para desenvolver cadeias produtivas a partir dos recursos florestais, movimentando investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão até 2020 na **Amazônia**. "O uso sustentável do patrimônio genético exige a criação de escala pelos diversos segmentos do **mercado**, incluindo a indústria farmacêutica e alimentícia", afirma o executivo, confiante em mudanças. "É apenas uma questão de tempo, porque o governo tem uma nova percepção sobre o tema."

A grosso modo, considerando a existência de 1,8 milhões de espécies no país e o atual ritmo das autorizações do governo para prospecção, seriam necessários 72 mil anos para o país conhecer o seu patrimônio genético. A conta é do Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, que reúne 61 empresas e dez organizações, e lidera um plano para mudar os rumos do setor até 2020. "Há uma forte pressão contra a inércia, inclusive por segmentos da economia que não atuam diretamente no uso da biodiversidade", confirma Cristiane de Moraes, do Union for Ethical Biotrader no Brasil.



	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria se prepara para aumentar margens e preços com <u>dólar</u> alto</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **Empresários ainda estão à espera de novo patamar da moeda americana**

SÃO PAULO. A recente escalada da moeda americana, que subiu 5,54% ante o real somente na semana passada, preocupa a indústria nacional, mas alguns setores veem no dólar mais alto uma oportunidade para recuperar margens e competitividade perdidas com a apreciação do real nos últimos anos. De uma maneira geral, os empresários consideram cedo ainda para mudanças nas estratégias de negócios, como investimentos ou troca de fornecedores externos por nacionais. E não descartam a necessidade de aumentos de preços para repassar custos maiores mais adiante, especialmente nos setores que importam insumos e componentes, como os fabricantes de equipamentos de informática e telefonia.

- Ninguém vai subir preços em função dessa alta. Mas, assim como os preços baixaram quando o dólar caiu, vão aumentar com a alta. As empresas vão aguardar para ver em que patamar o dólar vai se acomodar, para então decidir sobre reajuste de preços - diz Humberto Barbatto, presidente da Abinee, associação que reúne fabricantes de equipamentos elétricos e eletrônicos.

Júlio Gomes de Almeida, consultor econômico do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (ledi), concorda que o impacto mais imediato do dólar valorizado se dará sobre os custos, já que grande número de empresas nacionais, como as dos setores de máquinas e equipamentos, adicionou insumos importados a seus produtos valendo-se do real valorizado. Mas ele não vê tanto espaço para repasses de custos nos preços.

- Muitos setores estão fazendo isso, inclusive o de veículos, importando aço, autopeças. Essa estratégia não muda repentinamente, pois envolve negociações com fornecedores, linhas de crédito já aprovadas. Nem as empresas que deixaram de vender lá fora vão recuperar mercado agora, diante da retração na Europa e nos Estados Unidos - observa Almeida. - E será difícil repassar custos maiores para os preços, porque a concorrência

continua forte. Para as empresas que estão querendo entrar no país, esse aumento do dólar é quase nada.

Mario Bernardini, diretor da Abimaq, que reúne a indústria de máquinas e equipamentos, vê espaço não só para repassar a alta dos custos em dólares como para recuperar margens. Como em média o setor usa 40% dos insumos importados, e estes representam em torno de 55% dos custos, uma alta de 15% do dólar exigiria repasse de 3% aos preços. O que permitiria aos fabricantes aumentar os preços em 7%, recuperando parte das margens e enfrentando os importados, cujos preços aumentariam perto de 15%.

- Não dá para dizer que (a alta do dólar) já afetou os custos, porque não se sabe ainda qual é o novo patamar de equilíbrio do real - diz Bernardini.

Luiz Aubert Neto, presidente da Abimaq, destaca que, independentemente de qual será o novo valor, o dólar ter deixado a faixa de R\$1,50 já é positivo.

- O câmbio a R\$1,50 estava sendo mortal para a indústria - diz. - Com o câmbio mais alto, a médio e longo prazos podemos recuperar mercados que perdemos aqui e lá fora.

Real mais fraco não reduziu compras na Zona Franca


De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), um dos maiores pólos de produção de eletroeletrônicos no país, as fortes altas do dólar ainda não alteraram o volume de compras de insumos importados dos fabricantes lá instalados.

- Não é possível afirmar que uma desvalorização maior do real será automaticamente repassada ao consumidor - diz Ana Maria Souza, coordenadora de Estudos Econômicos da Suframa.

André Rebelo, assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), concorda que as empresas devem esperar para ver "quanto da desvalorização atual do real será permanente e quanto é

provisória", para só então avaliar o efeito sobre os custos. Rebelo também vê o câmbio se acomodando num patamar maior, mas adverte que esse processo será longo, "um caminho sinuoso e cheio de altos e baixos".

- Nesse novo câmbio, as indústrias vão refazer suas escolhas entre componentes nacionais e **importados**.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Verbas federais a conta-gotas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Governo atrasa projetos e não libera nem um tostão para obras contra enchentes no Rio

### Regina Alvarez

Aliberação de recursos federais é muito lenta não só para os principais programas do governo Dilma - como foi mostrado na edição de ontem do GLOBO. A situação é semelhante no caso de obras e serviços essenciais à população. A três meses do início da temporada de chuvas e enchentes de verão, o programa de Prevenção e Preparação para Desastres Naturais, do **Ministério** da Integração Nacional, conta com investimentos de R\$296,9 milhões no Orçamento de 2011, mas o dinheiro continua no caixa do governo. Até o momento, o valor executado (pago), de R\$66,3 milhões, refere-se a investimentos contratados em anos anteriores - 22,3% do total.

Essas obras de prevenção são essenciais para evitar ou atenuar tragédias que se repetem todos os anos, como deslizamentos de terra em áreas de risco. No caso do Estado do Rio, foram reservados R\$7 milhões para apoio a obras preventivas, mas nenhum tostão foi liberado até agora. Para São Paulo, estão previstos R\$33,5 milhões, destinados à implantação de reservatórios para contenção de cheias e outras obras preventivas, mas também não houve liberação de recursos.

Na área de segurança, a execução de investimentos dos dois carros-chefe do **Ministério** da Justiça também é mínima. No Sistema Único de Segurança Pública (Susp), o Orçamento deste ano prevê R\$317,4 milhões para investimentos, mas, até setembro, foram executados apenas R\$38,8 milhões - 12% do total, incluindo os restos a pagar (despesas de anos anteriores pagas este ano).

Em relação ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que articula políticas de segurança com ações sociais, os investimentos diretos previstos para este ano chegam a R\$657,7 milhões, mas esses recursos ainda não foram liberados. Até o momento, foram pagos R\$99,5 milhões relativos a despesas contratadas em anos anteriores. Se comparado esse valor ao previsto no Orçamento, a execução chega a apenas 15,1%.

Já o programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade, também do **Ministério** da Justiça, tem uma dotação de R\$70,9 milhões para investimentos no Orçamento, mas apenas R\$285,8 mil foram executados. Com os restos a pagar do ano passado, a verba liberada chega a R\$16,3 milhões, ou 23% do total.

### Dinheiro contra dengue também não sai do caixa

Na Saúde, destaca-se a baixa execução dos recursos para prevenção da dengue, que integra o Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos. Dos R\$9,7 milhões para gastos de custeio com a prevenção da doença, apenas R\$125 mil foram executados: 1,3% do total, já incluindo nesta conta os restos a pagar.

Os números da execução orçamentária foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) pelos técnicos da assessoria de Orçamento do DEM no Congresso.

O atraso na execução do Orçamento de 2011 decorre de um conjunto de fatores. Vários **Ministérios** foram fortemente atingidos pelo corte de R\$50 bilhões realizado em março, mas, em alguns casos, o problema é com a burocracia ou recorrência de falhas na gestão.

A justificativa do **Ministério** da Integração Nacional para a baixa execução dos recursos para prevenção de desastres naturais é que a verba é liberada por meio de convênios com estados e municípios, que estão sujeitos a um "trâmite rígido, com o intuito de respeitar a legislação e as exigências dos órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU), além de evitar possíveis denúncias de desvios e malversação de dinheiro público". A pasta informou ainda que a Secretaria Nacional de Defesa Civil já empenhou (reservou) cerca de R\$120 milhões "em pleitos voltados para a prevenção de desastres, com planos de trabalho aprovados, que estão em análise técnica e jurídica para, posteriormente, seguirem os passos da liquidação e do pagamento".

Coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue do **Ministério** da Saúde, Giovanini Coelho explicou que a maior parte dos recursos para prevenção e controle da dengue - R\$800 milhões este ano - foi transferida pela pasta

a estados e municípios, para que eles realizem as ações. Em relação aos recursos de ações e investimentos de responsabilidade direta da pasta - aquisição de inseticidas, equipamentos de fumacê, kits diagnóstico e veículos -, que somam cerca de R\$12 milhões, disse que eles estão sendo empenhados e que, "historicamente, a execução se dá no último trimestre".

Já o **Ministério** da Justiça informou que houve corte de R\$1 bilhão no orçamento, "e como 87% do orçamento são destinados a ações de segurança pública, esse segmento sofreu significativa diminuição". E enfatizou que, em geral, a maior parte do orçamento dos programas é executada no segundo semestre. Sobre o Pronasci, justificou que o programa está passando por uma readequação para aperfeiçoamento do controle dos recursos encaminhados aos estados.